

DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

22 a 26 de abril de 2024

Nesta Edição

- △ [Atividades da Assespro Nacional](#)
- △ [Proteção de Dados](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Propriedade Intelectual](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Inclusão Digital](#)
- △ [Transformação Digital](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Ambiental](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Política](#)
- △ [Saúde](#)
- △ [Orçamento](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)

Atividades da Assespro Nacional

A **Federação Assespro** marcou presença, nesta terça (23), no de Ciclo de Debates "**Tecnologia & Inovação: impactos das alterações legislativas**" promovido pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB). O evento abordou temas como a reforma tributária, a desoneração da folha e a reforma trabalhista. Na discussão sobre desoneração da folha, **Renato Roll**, sócio da Foco - Relações Governamentais destacou a importância da ação coordenada das entidades dos 17 setores desonerados em torno da prorrogação da política em 2024, por meio do "Movimento Desonera Brasil".

Já a deputada **Any Ortiz** (CID/RS), relatora de Plenário dos projetos sobre o tema, ressaltou sua postura firme contra o projeto do governo de reoneração da folha ([PL 493/2024](#)), resultando na retirada do regime de urgência da matéria. Além disso, ela abordou a necessidade de ampliação da desoneração para mais setores e frisou a importância da manutenção do engajamento do

setor empresarial sobre o tema. A discussão também trouxe a preocupação quanto à atuação do Governo após a designação de nova relatora para o projeto na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS). A Federação Assespro esteve representada por **Renato Faria**, vice-presidente de Articulação Política da Assespro-RS, e por **Renato Roll**, sócio da Foco - Relações Governamentais.

Além disso, a Federação Assespro participou do **lançamento do Plano Brasil Digital 2030+**, elaborada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (Conselhão) e contou ainda com **contribuições da Assespro**, que aborda linhas de ação, metas, indicadores e políticas focadas no **estímulo à educação digital, crescimento sustentável do PIB, estímulo à inovação** e no **aumento significativo da relevância internacional do Brasil**. A Federação Assespro esteve representada por **Renato Roll**, sócio da Foco - Relações Governamentais. Acesse [aqui](#) as fotos dos eventos.

A Federação Assespro divulgou ainda **nota pública sobre a suspensão da desoneração da folha**, em que a entidade, em conjunto com outras entidades representantes de 17 setores, demonstrou **repúdio** às ações do Governo Federal e do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), **Cristiano Zanin**, contra a política de desoneração da folha de pagamentos, que promove a geração de renda e empregos há mais de uma década. Durante o ano de 2023, a Federação uniu forças com o Movimento Desonera Brasil, apresentando dados e fatos que comprovam os benefícios da política e os riscos envolvidos em sua não prorrogação, criticando que apesar das decisões favoráveis do Congresso Nacional, o Governo Federal insiste em ameaçar a renda e o emprego de milhares de brasileiros em busca de um equilíbrio das contas públicas, sem considerar adequadamente os gastos públicos. A Federação Assespro reafirmou seu **compromisso em trabalhar para garantir a continuidade dessa importante política** para o presente e o futuro do país, destacando a importância da tecnologia e do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que são beneficiados pela desoneração da folha de pagamento. Por fim, a Federação Assespro também assinou **Manifestação Conjunta** dos 17 setores sobre o tema

Proteção de Dados

- **ANPD publica normas de Comunicação de Incidente de Segurança**. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), publicou nesta semana a **Resolução nº 15/2024**, que aprova o **Regulamento de Comunicação de Incidente de Segurança**, que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, incluindo a previsão de sua observância no texto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (**Lei nº 13.709/2018**). O regulamento visa garantir a **proteção dos direitos individuais**, promover a transparência e a **responsabilidade por parte das organizações que tratam dados pessoais**, além de fornecer **subsídios para as atividades regulatória e fiscalizatória** da ANPD. Os controladores têm o **prazo de 3 dias úteis** para informar à ANPD e ao titular sobre qualquer ocorrência de segurança. Além disso, a ANPD poderá realizar **auditorias ou inspeções para coletar informações complementares** e **assegurar o cumprimento das medidas preventivas necessárias**.

- » A resolução também prevê a possibilidade de multa diária caso as medidas preventivas não sejam adotadas. A Autoridade poderá, ainda, apurar incidentes que não foram comunicados pelo controlador e instaurar processo administrativo sancionador caso as medidas determinadas não sejam adotadas. O normativo também garantirá a possibilidade de o controlador solicitar sigilo de informações protegidas por lei, desde que devidamente fundamentado.
- **Multas: ANPD propõe conceito de ‘larga escala’ que inclui PPPs.** A Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) está trabalhando na elaboração de complementos para a regulamentação da dosimetria, que define as penalidades aplicáveis a incidentes de segurança envolvendo informações pessoais. A norma, publicada no ano passado, gerou dúvidas sobre a definição de “tratamento de dados em larga escala”, um dos critérios para classificar uma violação como grave e passível de multa. A ANPD propõe a adoção de um sistema que abrange grandes empresas, mas também leva em conta outros critérios além do número de pessoas afetadas, incluindo a quantidade de dados envolvidos, a duração, a frequência e a extensão geográfica do tratamento. Segundo o regulamento, “largas escalas” abrangem um número significativo de titulares, com a sugestão de pelo menos 2 milhões, mas empresas com números menores serão avaliadas proporcionalmente e levando em consideração outros critérios para determinar a gravidade da infração. Com informações de: [Tele Síntese](#)

Segurança Cibernética

- **CDHMIR e CLP irão realizar seminário sobre “Tecnologias de Reconhecimento Facial: usos e riscos para os direitos humanos”.** A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR) aprovou, nesta quarta (24), requerimento apresentado pela deputada **Erika Hilton** (PSOL/SP) para realização de realização do seminário com o tema “*Tecnologias de Reconhecimento Facial: usos e riscos para os direitos humanos*”. Além disso, a Comissão de Legislação Participativa (CLP) aprovou o requerimento da deputada **Carol Dartora** (PT/PR) para realização de seminário com mesmo tema. As datas e horários dos debates deverão ser divulgados oportunamente.

Propriedade Intelectual

- **Designado relator para a matéria sobre de exame de patentes.** O senador **Dr. Hiran** (PP/RR) foi designado relator do PL 2210/2022 (*regras para acelerar pedido de patente ao INPI*), no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT). Após análise da CCT, a matéria segue ao Plenário e, caso aprovada, será remetida à Câmara dos Deputados.
- **Designado relator sobre patente de invenções geradas por IA.** O deputado **Sargento Portugal** (PODE-RJ) foi designado relator do PL 303/2024 (*solicitação de patente em nome de sistema de IA*), no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI). Também está aberto o prazo para oferecimento de emendas – o qual deve se estender até 26 de abril. Após a análise da comissão, a matéria ainda passa pelo crivo das Comissões de Indústria, Comércio e Serviços (CICS); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso

aprovado, a matéria segue ao Senado Federal – *salvo apresentação de recurso para deliberação pelo Plenário da Câmara dos Deputados.*

Inteligência Artificial

- **IA: relator apresenta proposta alinhada com regulamentos da Europa e dos EUA.** O senador **Eduardo Gomes** (PL/TO) apresentou, nesta quarta (24), seu [relatório preliminar](#) sobre a regulação da Inteligência Artificial (IA) no Brasil ([PL 2338/2023](#)), na Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA), presidida pelo senador **Carlos Viana** (Podemos/MG). De acordo com o senador, a proposta de regulação da IA está alinhada com regulamentos existentes em outros países, como União Europeia, Estados Unidos e Reino Unido. Eduardo ressaltou a importância da proteção dos direitos do cidadão diante da evolução tecnológica, afirmando que o Congresso não se omitirá quanto à regulação de tecnologias que possam causar prejuízos à população. Na ocasião, o relator afirmou estar disposto a promover melhorias no texto – enfatizando que se trata de um texto ainda “não definitivo” – sinalizando que contribuições poderiam ser enviadas até o dia 8 ou 9 de maio. A redação final será apresentada após a análise de todas as sugestões encaminhadas. Cabe destacar que a CTIA terá até o dia 23 de maio de 2024 para a conclusão dos trabalhos. Com informações de: [Agência Senado](#)

Inclusão Digital

- **Designado relator para matéria da Política Nacional de Conectividade no Campo.** O senador **Alan Rick** (União/AC) assumiu a relatoria do [PL 1069/2024](#) (institui a Política Nacional de Conectividade no Campo), no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Aguarda-se, na comissão, a apresentação do parecer do relator para deliberação da matéria. O projeto também deverá ser analisado pela Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD). Caso aprovado, o projeto será remetido à Câmara dos Deputados – *salvo apresentação de recurso para deliberação pelo Plenário do Senado Federal.*

Transformação Digital

- **CCTI irá debater Soberania Digital.** A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI) aprovou, nesta semana, [requerimento](#) apresentado pelo deputado **Rui Falcão** (PT/SP) para realização de Seminário, para debater a Soberania Digital. Devem ser convidados para participar, entre outros, ministra **Luciana Santos** (Ciência, Tecnologia e Inovação) e o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Marcio Pochmann**. A data e horário de realização do evento devem ser divulgados oportunamente.
- **Teles querem simetria regulatória com internet em nova agenda legislativa.** A Conexis Brasil Digital apresentou ao Congresso Nacional a [Agenda Legislativa da Conectividade de 2024](#), destacando as prioridades legislativas do setor de telecomunicações para o próximo ano.

O objetivo do documento é trazer propostas e projetos de lei que visam promover a expansão da conectividade, a inclusão digital e o desenvolvimento econômico e social do país. Um dos focos da agenda é a promoção de um ecossistema competitivo, ressaltando a importância de garantir que diferentes empresas que prestam serviços semelhantes possam atuar em condições igualitárias, seja em termos regulatórios ou tributários. Segundo o presidente-executivo da Conexis Brasil Digital, **Marcos Ferrari**, a simetria regulatória é fundamental para manter os altos níveis de investimentos no setor de telecomunicações, que chegam a cerca de **R\$ 40 bilhões** por ano, destinados à ampliação de redes e à melhoria da qualidade dos serviços.

- » Além disso, um dos projetos defendidos pelo setor é o [PL 2768/2022](#) (*regulamenta os mercados digitais*), que propõe dar à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) poderes para regular as plataformas digitais e mediar acordos entre empresas que atuam na internet e as operadoras de telecomunicações. Com informações de: [Convergência Digital](#)

Educação

- **MEC institui Comissão Técnica para elaborar documento orientador da Rede Certifica.** No âmbito da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), fica instituída, por meio da [Portaria nº 15/2024](#), Comissão Técnica para elaboração do documento orientador, no âmbito da Rede Nacional de Certificação Profissional (Rede Certifica), devendo: **(i)** colaborar na análise de dados e informações referentes ao mundo do trabalho que motivam e impactam a implantação da Rede Certifica; **(ii)** colaborar na discussão conceitual, metodológica e operacional referente à Rede Certifica; **(iii)** elaborar documento orientador para implantação da Rede Certifica; e **(iv)** formular modelos de documentos relacionados ao processo de certificação profissional. A Comissão será **composta** por membros da SETEC/MEC, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal), e por representantes da **sociedade civil**, designados em ato específico do titular da Secretaria.
- **Decreto institui Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas.** Por meio do [Decreto nº 12.006/2024](#), fica instituído o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (SNAVE), a ser implementado em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, com o **objetivo** de ampliar a capacidade de as escolas promoverem ações de prevenção e resposta à violência em ambiente educacional. Nesse sentido, estabelece que o SNAVE atuará prioritariamente, na produção de estudos, mapeamentos de ocorrências de violência, promoção de programas educacionais de uma cultura de paz, assessoramento e apoio psicossocial às escolas consideradas violentas. Além disso, determina a implementação do SNAVE por meio de ações como protocolo para prevenir ameaças, capacitação de profissionais de educação, orientação para criação de planos de prevenção, identificação e monitoramento de ameaças, entre outras medidas. O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) poderá atuar junto a órgãos públicos e privados para o desenvolvimento das ações e a solução de informática prevista pela [Lei nº 14.643/2023](#), poderá integrar o Sistema Nacional de Informações e de Gestão de Segurança Pública e Defesa Social (Sinesp).

- **MEC debate Plano Nacional de Educação no Senado.** O Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Articulação Intersectorial e com os Sistemas de Ensino (SASE), participou de uma sessão temática no Senado Federal para discutir o encerramento do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014-2024 e as ações para a elaboração do novo PNE de 2024-2034. O objetivo da sessão foi avaliar o atual plano, respondendo a questionamentos para garantir que o próximo seja mais eficaz. O secretário **Maurício Holanda Maia**, ressaltou a importância da pluralidade de vozes no debate, destacando o papel da Conferência Nacional de Educação (CNE) na construção do novo PNE. A inclusão de mais representantes na conferência e a entrega do documento final pelo Fórum Nacional de Educação (FNE) foram destacados como fundamentais para subsidiar as diretrizes do novo PNE. Com informações de: [ASCOM MEC](#)

- **Apresentado parecer sobre Educação a Distância** – O deputado **Felipe Francischini** (UNIÃO/PR) apresentou parecer favorável ao PL 2576/2021 (autoriza instituir a Universidade Federal do Brasil de Educação a Distância), na Comissão de Administração e Serviço Público (CASP). A matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Após análise da CASP, a matéria passa ainda pelo crivo das Comissões de Educação (CE); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário*.

Mídias Sociais

- **Regulação de plataformas divide opiniões em debate com Fazenda.** A discussão sobre uma possível regulamentação das plataformas, conhecidas como *big techs*, também foi foco no Ministério da Fazenda (MF), devido aos impactos econômicos e concorrenciais por elas geradas. Um seminário promovido pelo MF foi palco de divergências entre políticos e economistas sobre o assunto. O secretário de Reformas Econômicas, **Marcos Barbosa Pinto**, ressaltou a importância do tema da competição em mercados digitais, e revelou que o ministério busca ouvir a sociedade sobre o assunto, mas enfrenta desafios, como a dinâmica do mercado de “múltiplos lados”, a rápida expansão de serviços online e a dependência crescente da economia desses serviços. A diferença entre os modelos de regulação *ex post*, usado nos Estados Unidos, e *ex ante*, adotado pela União Europeia (UE), também é um dilema a ser considerado pelo ministério.
 - » A Secretaria de Direito Digital do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Sedigi/MJSP) também marcou presença no Seminário Plataformas Digitais: impactos econômicos e concorrenciais em debate, promovido pela Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda e pelo Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (Ibrac). A secretária de Direito Digital, **Lílian Cintra de Melo**, representou o MJSP no encontro que contou com a presença de autoridades da área. O painel Economia Mundial e as Grandes Plataformas Digitais foi aberto pelo secretário de Políticas Digitais da Presidência da República, **João Brant**, que ressaltou a importância de promover a concorrência justa no ambiente digital, citando o projeto

de Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Com informações de: [Teletime](#) e [ASCOM MJSP](#)

- **GT do PL das Fake News segue sem previsão de instalação.** Um importante evento sobre regulação de plataformas foi realizado na terça (23), na Câmara dos Deputados, com destaque para o [PL 2630/2020](#). O deputado **Orlando Silva** (PCdoB/SP) informou que o GT do projeto anunciado pelo presidente Arthur Lira (PP/AL) segue sem previsão de instalação. Lira pretende compor o grupo com pelo menos um integrante de cada partido, visando “descontaminar” o texto das narrativas que circularam durante a tramitação do projeto. Entre as preocupações do presidente da Câmara dos Deputados está a questão da liberdade de expressão e os rumores sobre a criação de um “ministério da censura”. Com informações de: [Teletime](#)

- **Para Baigorri, plataformas digitais só caberão à Anatel ‘a depender do que se quer regular’.** O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), **Carlos Baigorri**, abordou a posição da agência em relação à regulação das plataformas digitais, destacando a importância de definir claramente quais atribuições a entidade deve assumir nesse contexto. Ele ressaltou que, enquanto a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é responsável pela regulação do uso de dados pelas plataformas, a Anatel tem atuado de forma reativa diante das demandas judiciais para remoção de conteúdos da internet. Baigorri questionou a viabilidade de órgãos do Estado monitorarem o discurso de ódio e desinformação nas redes sociais, argumentando que essa tarefa pode não fazer sentido. Ele enfatizou que a agência possui o poder administrativo sobre as empresas de telecomunicações e pode puni-las com base na legislação vigente, o que justifica sua atuação no ambiente digital. Com informações de: [Tele.Síntese](#)

- **CSPCCO irá debater ações para combater cyberbullying.** A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) aprovou, nesta terça (23), [requerimento](#) apresentado pelo deputado **Fred Linhares** (REP/DF) para realização de audiência pública para debater ações para combater o aumento dos crimes de Bullying, Cyberbullying e a Violência Escolar. Foram sugeridos os convites a representantes do Ministério da Educação (MEC), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRF DF). A data e horário do debate deverão ser divulgados oportunamente.

- **Apresentado parecer sobre publicidade de produtos e serviços ilícitos** - O deputado **Aureo Ribeiro** (SD/RJ) apresentou, na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), parecer favorável, na forma do substitutivo, ao PL 1507/2023 (punição para publicidade de produto ou serviço ilegal em sites hospedados no exterior). A matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Após análise da CDC, a matéria ainda passa pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e do Plenário, e, caso aprovada, será remetida ao Senado Federal.

- **Relatório analisa leis de regulação de plataformas em 71 países.** A Coalizão Direitos na Rede (CDR) divulgou nesta terça (23) um [relatório](#) que analisou a regulação de plataformas digitais em 71 países e blocos regionais, examinando 104 leis. Um dos principais pontos avaliados foi a existência de um órgão regulador para essa tarefa, sendo que alguns países

designaram o mesmo órgão regulador da área de telecomunicações ou comunicações para essa função, como é o caso de 18 dos 27 Estados-membros da União Europeia (UE). No entanto, a CDR aponta que essa medida precisa ser mais bem analisada para o caso brasileiro, levantando a questão de que, mesmo nos países da UE onde essa função foi delegada aos órgãos de telecomunicações, a fiscalização das grandes plataformas digitais ainda é de responsabilidade exclusiva da Comissão Europeia, que atende requisitos de “independência e imparcialidade”. Ou seja, há a necessidade de um conselho superior que de fato fiscalize as grandes empresas de tecnologia. Com informações de: [Teletime](#)

PD&I

- **Designado relator para Política Nacional de Apoio e Incentivo à Pecuária Leiteira** – O senador **Ireneu Orth** (PP/RS) foi designado relator do [PL 3071/2022](#) (*institui a Política Nacional de Apoio e Incentivo à Pecuária Leiteira – PNAPL*) na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que prevê incentivos ao uso e à transferência de tecnologia da informação para a melhoria da gestão da atividade e aperfeiçoamento dos sistemas. Após a análise da comissão, a matéria segue ao Plenário e caso aprovada, será remetida à Câmara dos Deputados.

Economia & Tributário

- **Governo Lula vai ao STF contra desoneração da folha de pagamento.** O governo do presidente Lula entrou com uma ação ([ADE 7633](#)) no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender os efeitos da lei que prorrogou a desoneração da folha de salários de 17 setores até 2027 ([Lei nº 14.784/2023](#)). A medida aprovada pelo Congresso no ano passado reduziu a alíquota de contribuição patronal paga por municípios ao INSS, mas o governo alega que não há justificativa para o impacto financeiro da medida, que pode resultar em uma perda de arrecadação anual de R\$ 10 bilhões.
 - » O ministro **Cristiano Zanin**, do STF, concedeu uma [medida cautelar](#) nesta quarta (24) suspendendo partes da Lei nº 14.784/2023, que prorrogava a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e a criação da desoneração para municípios até 2027. A suspensão tem efeitos imediatos e ficará em vigor até que seja indicado o impacto fiscal da medida. A decisão agora será submetida ao Plenário da Corte para confirmação ou não, e os ministros poderão votar no sistema eletrônico até 6 de maio. Além disso, está sendo discutida a possibilidade de retroatividade da decisão a respeito da inconstitucionalidade da prorrogação da desoneração. É importante ressaltar que ainda se aguarda uma manifestação do Congresso Nacional diante dessa intervenção do STF. Com informações de: [Convergência Digital](#) e Foco - Relações Governamentais
- **Reforma Tributária: Lira defende a aprovação da regulamentação da reforma tributária até o final do semestre e Lula sinaliza preferência por Aguinaldo Ribeiro para relator.** O presidente da Câmara dos Deputados, **Arthur Lira** (PP/AL), reafirmou sua defesa pela votação da regulamentação da reforma tributária até o final do semestre. Ele expressou seu comprometimento em promover discussões proveitosas assim que as propostas forem enviadas pelo governo, durante um evento promovido pela Confederação das Associações Comerciais e

Empresariais do Brasil (CACB) nesta quarta (24). Ainda assim, Lira diz que ainda não definiu os relatores dos projetos do governo para a regulamentação da reforma tributária. Ele destacou que o deputado **Aguinaldo Ribeiro** (PP/PB), que foi relator da PEC na Câmara, prestou um grande serviço ao País, mas que há outros deputados interessados em relatar a matéria. Lira também informou que é provável que sejam formados 2 grupos de trabalho (GTs), um para cada projeto. O objetivo é votar a regulamentação da reforma antes do recesso parlamentar, conforme afirmou em evento da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil.

- » No dia anterior, o presidente **Lula** manifestou o desejo de que Lira indique o deputado Aguinaldo Ribeiro para relatar os projetos de regulamentação da reforma tributária. Lula argumentou que Ribeiro já foi relator da proposta de emenda constitucional (PEC) que tratava das modificações no sistema tributário, aprovada no ano passado, e que a manutenção do mesmo relator poderia acelerar o processo. Com informações de: [Agência Câmara](#), [Agência Câmara](#) e [Valor Econômico](#)
- **Executivo encaminha ao Congresso Nacional, projeto que institui o IBC, o CBS e o IS.** Por meio da [Mensagem nº 156/2024](#), o presidente **Lula** encaminhou, para apreciação do Congresso Nacional, texto de projeto de lei complementar que "*Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) e dá outras providências*", protocolado na forma do [PLP 68/2024](#).
- **Governo propõe responsabilidade tributária a plataformas digitais em reforma.** O governo apresentou nesta quarta (24) um projeto de lei complementar à reforma tributária ([PLP 68/2024](#)) que visa regulamentar a responsabilidade das plataformas digitais no pagamento de impostos sobre os produtos e serviços vendidos por meio delas. A proposta determina que essas empresas, mesmo as localizadas no exterior, serão responsáveis pelo recolhimento do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) em determinadas situações, seguindo modelos adotados por outros países com IVA, conforme recomendado pela OCDE. Isso inclui agir em substituição ao fornecedor estrangeiro e solidariamente com o contribuinte nacional que não cumpra as obrigações fiscais. O texto busca regular um dos aspectos de necessidade regulatória do mercado digital, delimitando a responsabilidade das plataformas como intermediárias. Além disso o texto aborda a transição dos contratos de concessões públicas para o novo regime fiscal, além de trazer detalhes sobre as alíquotas reduzidas, que beneficiarão a administração pública na aquisição de bens e serviços de cibersegurança.
 - » Além disso, uma segunda matéria, prevista para maio, irá dispor sobre o Comitê Gestor do IBS e a distribuição das receitas do imposto entre os entes federativos. Segundo o projeto, o IBS substituirá o ICMS e o ISS, enquanto o CBS englobará o PIS, PIS-Importação, Cofins e Cofins-Importação. Já o IS será aplicado a produtos que causem danos à saúde ou ao meio ambiente, como forma de desestimular o consumo, não incidindo sobre telecomunicações, conforme estabelecido na [Emenda Constitucional 132](#), promulgada no ano passado. Com informações de: [Tele.Síntese](#) e [Tele.Síntese](#)
- **Nova Indústria Brasil prevê revisão do marco regulatório de TICs.** A Nova Indústria Brasil (NIB) anunciou que realizará uma revisão nos marcos regulatórios das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como parte de sua política industrial para impulsionar o

desenvolvimento da indústria nacional até 2033. O debate incluirá questões relacionadas a semicondutores, melhoria na atuação dos órgãos de financiamento e Inteligência Artificial. Os próximos passos da NBI foram compartilhados durante um painel sobre o desenvolvimento da indústria local de TIC no evento Conexão Brasil-África. Essas ações fazem parte da Missão 4 da NBI, de acordo com o secretário **Henrique de Oliveira Miguel**, do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Com informações de: [Tele.Síntese](#)

- **Publicada medida provisória que institui o Programa Acredita no Primeiro Passo.** O presidente **Lula** editou, nesta semana, a [Medida Provisória nº 1.213/2024](#) que institui o Programa Acredita no Primeiro Passo, baseado, entre outros, nos seguintes **eixos principais**: **(I) Acredita no seu Negócio**: voltado às empresas, por meio do Desenrola Pequenos Negócios e Procred 360; e **(II) Acredita no Brasil Sustentável**: criação do Eco Invest Brasil - Proteção Cambial para Investimentos Verdes (PTE), que busca incentivar investimentos estrangeiros em projetos sustentáveis no Brasil.
- » o **Procred 360**, vinculado ao Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (**MEMP**), visa o desenvolvimento e o fortalecimento das microempresas, em especial dos microempreendedores individuais (MEIs), ao estabelecer condições especiais de taxas e garantias, operacionalizada por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO), para operações destinadas a MEIs e microempresas com faturamento anual de até **R\$ 360 mil**.
 - » enquanto o **Desenrola Pequenos Negócios** tem como objetivo incentivar a renegociação de dívidas de empresas com faturamento bruto anual igual ou inferior a R\$ 4,8 milhões;
 - » já o **Programa Eco Invest Brasil**, no âmbito do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) tem como objetivos: **(i)** fomentar e incentivar investimentos em projetos que promovam a transformação ecológica, sobretudo nos eixos da transição para práticas e tecnologias sustentáveis, do adensamento tecnológico, da bioeconomia, da economia circular, da transição energética e da infraestrutura e adaptação à mudança do clima, entre outros; **(ii)** atrair investimentos externos ao País; **(iii)** viabilizar operações no mercado de capitais com vistas à captação de recursos no exterior por empresas, investidores e instituições financeiras sediados no País, para fins de financiamento de projetos voltados à transformação ecológica; e **(iv)** apoiar o desenvolvimento, a liquidez e a eficiência do mercado de proteção (*hedge*) de longo prazo em moeda estrangeira no País.
- **Feninfra critica ação do governo contra desoneração junto ao STF.** A presidente da Federação Nacional de *Call Center*, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e Informática (Feninfra), **Vivien Mello Suruagy**, criticou a decisão do governo federal de contestar a prorrogação da desoneração da folha de pagamento no Supremo Tribunal Federal (STF), afirmando que a medida representa um desrespeito aos setores que mais geram empregos no país e aos milhões de trabalhadores representados. Ela destacou que o governo deveria priorizar a redução de gastos e fazer uma reforma administrativa antes de recorrer ao judiciário. A ação foi ingressada pelo presidente **Lula** e pelo advogado-geral da União, **Jorge Messias**, pedindo o reconhecimento da inconstitucionalidade de dispositivos da Lei. Suruagy também questionou a mudança de posicionamento do governo, já que o Supremo havia julgado constitucional a desoneração em 2021, ressaltando que a alegação de inconstitucionalidade é uma incoerência para um governo que historicamente defendeu a geração de empregos. Com informações de: [TI Inside](#)

- **CCTI aprova requerimento para debater Lei do Bem.** A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI) aprovou, nesta quarta (24), [requerimento](#) apresentado pela deputada **Nely Aquino** (PODE/MG) para realização de seminário com o objetivo de debater a Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005). Foram sugeridas as participações, entre outros, de representantes dos Ministérios de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); e de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); bem como da Controladoria-Geral da União (CGU). A data e horário de realização do debate deverão ser divulgados oportunamente.
- **Designado relator sobre alíquotas de impostos de empresas novas criadas.** O deputado **Murilo Galdino** (REPUBLIC/PB) foi designado relator do PLP 87/2023 (*desconto no Simples Nacional para as empresas novas*), no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Aguarda-se, na comissão, a apresentação do parecer do relator para deliberação da matéria. Após a análise da comissão, a matéria ainda passa pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e do Plenário da Câmara. Caso aprovado, o projeto será remetido ao Senado Federal.
- **Aprovados projetos sobre pagamento de tributos** - A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) aprovou o substitutivo ao PLP 29/2022 (*contagem de prazo para pagamento de tributos*) e ao seu apensado, [PLP 63/2023](#) (*pagamento de tributos em finais de semana e feriados*), apresentado pelo relator, deputado **Luiz Philippe de Orleans e Bragança** (PL/SP). Agora, a matéria será apreciada pela Comissão Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Se aprovada, será remetida ao Senado Federal.
- **COTEPE/ICMS cria GT de Loterias Estaduais.** Por meio do [Ato nº 54/2024](#), fica incluído o Grupo Técnico (GT) 76 – Loterias Estaduais na Comissão Técnica Permanente do ICMS (COTEPE/ICMS), que tem como **objetivo (I)** debater, promover estudos, propor normas e estabelecer cooperação entre a União, representada pela Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), os Estados e o Distrito Federal, para realização de ações conjuntas voltadas à adoção das melhores práticas para regulamentação, estruturação e gestão das modalidades lotéricas previstas na legislação; e **(II)** promover discussões acerca **(i)** da tributação incidente sobre a exploração das apostas de quota fixa no território nacional e nos Estados e no Distrito Federal; e **(ii)** sobre a regulamentação e da exploração de loterias pelos Estados e pelo Distrito Federal, no âmbito de seus respectivos territórios.
- **Apresentado parecer sobre Política Nacional de Responsabilidade Econômica.** O deputado **Luiz Gastão** (PSD/CE) apresentou parecer favorável, na forma do substitutivo, ao PL 3412/2021 (*institui a Política Nacional de Responsabilidade Econômica*), no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE). A matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Após análise da CDE, a matéria ainda passa pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso aprovada, será remetida ao Senado Federal – *salvo apresentação de recurso para deliberação pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.

- **Aprovado projeto sobre Proexalto.** A Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) aprovou o [PL 554/2022](#) (*Programa de Exportação de Bens Nacionais de Alto Valor Agregado – Proexalto*), nos termos do [parecer favorável](#) apresentado pelo deputado **Sidney Leite** (PSD/AM). A matéria segue agora para apreciação da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), onde aguarda designação de relator. Após análise da CFT, a matéria também deverá ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso aprovado, será remetida ao Senado Federal – *salvo interposição de recurso para deliberação em Plenário*.
- **Aprovado projeto que altera a Lei do Cadastro Positivo.** A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o [parecer favorável](#) ao [PL 4849/2019](#) (*transparência em critérios usados no cadastro positivo*), apresentado pelo senador **Laércio Oliveira** (PP/SE). A matéria segue à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CFT) e, caso aprovada, será remetida à Câmara dos Deputados – *salvo interposição de recurso para deliberação em Plenário*.
- **Designado relator para matéria sobre cesta básica nacional de alimentos.** O deputado **Sergio Souza** (MD/PR) foi designado relator do [PLP 35/2024](#) (*regulamenta cesta básica de alimentos criada pela reforma tributária*), no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação (CFT). A matéria também terá que passar pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Caso aprovada, a matéria segue para o Senado Federal.

Ambiental

- **CMN dispõe sobre os financiamentos do Programa Eco Invest Brasil.** A [Resolução nº 5.130/2024](#), publicada pelo Conselho Monetário Nacional (**CVM**) do Ministério da Fazenda (MF), que dispõe sobre os financiamentos ao amparo da Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial (Linha Eco Invest Brasil), no âmbito do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (**FNMC**). A medida tem por **objetivo** fomentar e incentivar investimentos em projetos que promovam a transformação ecológica, principalmente nas áreas de transição para práticas e tecnologias sustentáveis, bioeconomia, transição energética e infraestrutura para adaptação à mudança do clima. Além disso, visa atrair investimentos externos ao país e garantir a liquidez do mercado de proteção cambial a longo prazo. A alocação dos recursos será realizada por meio de leilões pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e as instituições financeiras habilitadas terão até 24 meses para comprovar a aplicação dos recursos em projetos elegíveis. O Banco Central do Brasil (BCB) será responsável por fiscalizar e acompanhar as ações das instituições financeiras no acesso e operação da Linha Eco Invest Brasil.

Trabalhista

- **Luiz Marinho debate durante seis horas PLP 12/24 no Congresso Nacional.** O ministro **Luiz Marinho** (Trabalho e Emprego) compareceu a uma audiência pública na Comissão de Indústria,

Comércio e Serviços (CICS) da Câmara dos Deputados para discutir o [PLP 12/2024](#) (*regulamenta o trabalho de motorista de aplicativo*). Durante a audiência, que durou 6 horas, Marinho rebateu notícias falsas divulgadas nas redes sociais sobre o projeto, detalhando minuciosamente cada ponto aos parlamentares, sindicalistas, servidores públicos de carreira e representantes das empresas presentes. Marinho enfatizou que o projeto é benéfico para os trabalhadores de aplicativos e que foi amplamente discutido por entidades participantes, não sendo exclusivo do governo. Esta foi a 5ª audiência pública realizada para debater o tema. Com informações de: [ASCOM.MTE](#)

- **Projeto para regulamentar motoristas de App “desagradou a todos”, diz relator.** O [PLP 12/2024](#) (*regulamenta o trabalho de motorista de aplicativo*), apresentado pelo governo Lula no início de março, enfrenta críticas e deve passar por modificações significativas na Câmara dos Deputados. O relator da proposta na Comissão de Indústria e Comércio (CICS), deputado **Augusto Coutinho** (REP/PE), aponta que a proposta do Executivo desagradou a todos os setores envolvidos. O texto original prevê uma taxa fixa por hora de trabalho dos motoristas, estabelecida em R\$ 32,90, e obriga as plataformas a pagar mensalmente um piso equivalente ao valor de um salário-mínimo. Além disso, limita o número de horas que estes profissionais podem trabalhar por dia, destina **20%** do rendimento à contribuição previdenciária e mantém o status de trabalhador autônomo, sem estabelecer vínculo empregatício. O projeto volta a ser debatido na Câmara dos Deputados, onde as mudanças devem ser discutidas e votadas. Com informações de: [Congresso em Foco](#)
- **CICS irá debater projeto que regulamenta o trabalho de motorista de aplicativo.** A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) aprovou, nesta terça (23), [requerimento](#) apresentado pelo deputado **Josenildo** (PDT/AP) para realização de audiência pública com a finalidade de debater o [PLP 12/2024](#) (*regulamenta o trabalho de motorista de aplicativo*). Foram sugeridos a participar, entre outros, os ministros **Luiz Marinho** (Trabalho e Emprego) e **Carlos Lupi** (Previdência Social) e representantes das empresas Uber, 99 App e InDrive. A data e horário do debate deverão ser divulgados oportunamente.
- **Designado relator para matéria que altera leis trabalhistas.** O deputado **Daniel Almeida** foi designado relator do [PL 8112/2017](#) (*revoga pontos da reforma trabalhista*) no âmbito da Comissão de Trabalho (CTRAB). Após análise do colegiado, a matéria ainda deve passar pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo interposição de recurso para deliberação em Plenário*.
- **Designado relator para matéria sobre igualdade salarial.** O deputado **Bohn Gass** (PT/RS) foi designado relator do [PDL 169/2024](#) (*altera Lei sobre igualdade salarial e critérios remuneratórios*), no âmbito da Comissão de Trabalho (CTRAB). A matéria ainda terá que passar pela análise das Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), além do Plenário da Câmara. Caso aprovada, a matéria segue para o Senado Federal.

Administração Pública

- **Regulamento Geral do Consumidor entra em semana decisiva na Anatel.** A disputa entre as operadoras de telecomunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em relação ao novo Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGC) terá um momento crucial esta semana, quando os pedidos de anulação feitos pela Claro, Oi, TIM e Vivo serão avaliados pelo Conselho Diretor da agência. A Anatel aprovou a versão atual do regulamento em outubro de 2023, apesar das objeções das grandes empresas, que posteriormente solicitaram a anulação de vários pontos. O relator dos recursos, o conselheiro substituto **Raphael Garcia**, recomendou a rejeição dos pedidos em uma reunião da diretoria da Anatel. No entanto, um pedido de vista do conselheiro **Alexandre Freire** adiou uma decisão final sobre o assunto.
 - » Na semana passada, Freire também levantou o sigilo de documentos sobre o processo. As operadoras têm diversas objeções ao regulamento e alegam supostas ilegalidades em vários dispositivos. Os pleitos incluem o impedimento da cobrança de assinatura durante a suspensão parcial dos serviços por inadimplência e restrições na oferta por canais terceirizados. Com informações de: [Teletime](#)
- **Aprovado pedido de audiência para o Novo PAC.** A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CTUR) aprovou requerimento de audiência pública, conjuntamente com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), apresentado pelo senador **Marcelo Castro** (MDB/PI), com o objetivo de debater o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), com a participação da ministra **Simone Tebet** (Planejamento e Orçamento), que apresentará, dentre outros assuntos, as Rotas da Integração Sul-Americana, como recorte do Novo PAC. A data e horário de realização da audiência deverão ser divulgados oportunamente.
- **MEMP regulamenta procedimento gerais de acompanhamento e fiscalizações de parcerias com a sociedade civil.** Por meio da Portaria nº 60/2024, publicada pelo do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP), ficam definidos os procedimentos relativos ao acompanhamento e fiscalização das parcerias celebradas com as Organizações da Sociedade Civil (OSC) e instituída a Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA), para acompanhar e avaliar as parcerias celebradas. O ato define que cada parceria terá a designação de um gestor habilitado para controlar e fiscalizar a execução, com a indicação sendo atribuição do dirigente da Subunidade, e prevê também a criação de um manual de orientações de prestação de contas. Além disso, a CPMA será **composta** por representantes de cada Secretaria do Ministério e terá a responsabilidade de monitorar o conjunto das parcerias, elaborar propostas de aprimoramento dos procedimentos e utilizar ferramentas tecnológicas para verificar o alcance de resultados. A portaria entra em vigor em 1º de maio de 2024.
- **Sebrae busca atrair bancos privados para viabilizar R\$ 30 bi em crédito.** O presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), **Décio Lima**, anunciou que as instituições financeiras estão demonstrando interesse em emprestar para pequenas empresas utilizando a garantia do Fundo de Aval para Micro e Pequena Empresa (Fampe), que

foi capitalizado, com a promessa de viabilizar mais de R\$ 30 bilhões de crédito nos próximos 3 anos. Lima informou que esse interesse dos bancos no fundo é um processo natural e que os bancos públicos federais, sistemas cooperativistas, bancos de desenvolvimento regionais e bancos privados, através do BNDES, poderão operar com essa garantia. Ele ressaltou que o sistema financeiro é atraído por fundos garantidores, pois oferecem segurança ao dinheiro emprestado. Este desenvolvimento pode ser um grande impulso para o setor de pequenas empresas nos próximos anos, facilitando o acesso a crédito e estimulando o crescimento do setor. Com informações de: [Valor Econômico](#)

- **Aprovado projeto que classifica de baixo risco entidades sem fins lucrativos.** A Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) aprovou o [parecer](#) contrário ao [PL 1113/2021](#) (*dispensa entidades sem fins lucrativos de licenças e alvarás*) e à Emenda nº 1 apresentada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), apresentada pelo do deputado **Luiz Gastão** (PSD/CE). A matéria ainda deve ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo interposição de recurso para deliberação em Plenário*.
- **CDE irá debater projeto que altera representação de microempresários no conselho deliberativo do Sebrae.** Nesta quarta (24), a Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) aprovou o [requerimento](#) apresentado pelo deputado **Júlio Cesar Ribeiro** (REP/DF) para realização de audiência pública para debater o [PLP 52/2022](#) (*altera representação de microempresários no conselho deliberativo do Sebrae*), com a participação do presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), **Décio Lima**. A data e horário de realização do debate deverão ser divulgados oportunamente.

Política

- **Executivo solicita desligamento de parlamentar da função de vice-líder do Governo na Câmara dos Deputados.** Foi publicada, no Diário Oficial da União – DOU desta segunda-feira (22), a [Mensagem nº 150/2024](#), por meio da qual o presidente **Lula** solicitou à Câmara dos Deputados o desligamento do deputado **Dr. Victor Linhalis** (PODE/ES) da função de vice-líder do Governo.
- **Designado relator sobre monetização de conteúdos nas redes sociais.** O deputado **Felipe Francischini** (UNIÃO/PR) foi designado relator do [PRC 53/2011](#) (*proíbe parlamentar de prestar consultoria ou assessoria privada*), no âmbito da Comissão Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Após a análise da comissão, a matéria passa ainda pelo crivo da Mesa Diretora e do Plenário da Câmara e, caso aprovada, será remetida à promulgação.
- **Após crise com Lira, ministros de Lula buscam vice-líderes da base para discutir política.** Em busca de amenizar a crise entre o Planalto e o Congresso Nacional, os ministros **Alexandre Padilha** (Secretaria de Relações Institucionais) e **Rui Costa** (Casa Civil) reuniram-se com os vice-líderes da base aliada do governo na Câmara nesta segunda (22). A reunião teve o objetivo de promover uma discussão mais abrangente sobre política, dada a série de problemas que o

governo tem enfrentado em sua relação com o Parlamento. O convite para o encontro veio do líder do governo na Câmara, **José Guimarães** (PT/CE), após as recentes trocas de farpas entre o presidente da Câmara dos Deputados, **Arthur Lira** (PP/AL) e Padilha. Com informações de: [Valor Econômico](#)

- **Indicação para Anatel depende de entendimento entre governo e Senado.** Quase seis meses após o término do mandato do conselheiro **Moisés Moreira**, o governo federal ainda não conseguiu indicar um novo nome para preencher o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). De acordo com o ministro **Juscelino Filho** (Comunicações) não há perspectiva de uma solução no horizonte. Durante o seminário Conexão Brasil África, o ministro afirmou que a falta de indicação não é um problema exclusivo da Anatel, mas sim um impasse que afeta várias agências. Ele ressaltou que o governo e o Senado Federal precisam discutir o assunto para avançar, já que há várias vagas abertas em diferentes agências do governo. Segundo Juscelino, não será feita nenhuma indicação enquanto o impasse persistir. O problema ocorre devido à falta de sinalização tanto do governo quanto do Senado Federal em relação ao avanço das nomeações e avaliações dos nomes indicados. Com informações de: [Convergência Digital](#)

Saúde

- **Instituído Laboratório Inova SUS Digital.** O Ministério da Saúde (MS) instituiu, nesta semana, o Laboratório Inova SUS Digital por meio da [Portaria nº 3.564/2024](#), com a **finalidade** de promover soluções inovadoras para o fortalecimento da saúde digital no SUS, identificar e disseminar práticas inovadoras, apoiar a implementação de políticas públicas, promover a integração entre diferentes entidades, buscar soluções para os desafios da saúde pública, criar um ambiente de intercâmbio de conhecimento e desenvolvimento de projetos, fortalecer a capacidade institucional do MS, construir um repositório de soluções tecnológicas, estabelecer uma rede colaborativa e desenvolver soluções para a gestão estratégica da saúde digital. Além disso, o Laboratório será coordenado pela Secretaria de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI), sendo incumbida de elaborar proposta de Regimento Interno do Laboratório Inova SUS Digital.

Orçamento

- **Designado relator para matéria sobre operações com recursos não reembolsáveis do FNDCT** - O deputado **Lucas Ramos** (PSB/PE) foi designado relator do PL 2340/2023 (*limita o montante de operações com recursos não reembolsáveis do FNDCT*), no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI). Após a análise da comissão, a matéria ainda passa pelo crivo das Comissões de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovado, a matéria será remetida ao Senado Federal – *salvo apresentação de recurso para deliberação pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.
- **Apresentado parecer sobre atualização e capacitação tecnológica das Forças Armadas.** A deputada **Bia Kicis** (PL/DF) apresentou parecer pela admissibilidade da [PEC 17/2022](#) (*proíbe*

bloqueio de verbas para projetos estratégicos das Forças Armadas) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Nesse sentido, a matéria está pronta para inclusão na pauta deliberativa da comissão. Após análise da CCJC, a matéria também será deliberada pelo Plenário e, caso aprovado, será metida ao Senado Federal.

- **Com vetos polêmicos, sessão do Congresso é adiada para maio.** A votação de vetos presidenciais que estava marcada para esta quarta (24) no Congresso Nacional foi adiada para a segunda semana de maio, segundo o presidente do Senado e do Congresso, **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG). Após uma reunião com líderes partidários do governo, ficou decidido que não havia consenso suficiente para a votação dos vetos, e por isso será dado mais tempo para que os líderes possam negociar acordos, especialmente em relação aos vetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Os líderes do governo no Congresso, **Randolfe Rodrigues** (sem partido/AP), e no Senado, **Jaques Wagner** (PT/BA), estiveram presentes na reunião que resultou no adiamento da sessão. Com informações de: [Agência Senado](#)
- **Deputado Júlio Arcoverde é eleito presidente da Comissão Mista de Orçamento.** O recém-eleito presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado **Julio Arcoverde** (PP/PI), destacou a necessidade de mais investimentos na infraestrutura do país durante sua primeira fala após a eleição por aclamação. Além disso, Arcoverde anunciou o senador **Angelo Coronel** (PSD/BA) como relator do Orçamento de 2025. Arcoverde ressaltou a importância de destinar recursos para áreas como combate à fome, geração de emprego, melhoria da saúde, educação, segurança pública e incentivo à inovação tecnológica, considerando-as como fundamentais para o desenvolvimento do Brasil. Com informações de: [Agência Câmara](#)

Consultas & Compras Públicas

- **Finep e Rede Eureka abrem seleção pública para desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores.** Foi publicado, nesta semana, [Edital de Seleção Pública Conjunta Globalstars Brasil 2024](#), entre Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Rede Eureka – 2024, visando a concessão de recursos de subvenção econômica a empresas brasileiras para o desenvolvimento de produtos, processos e/ou serviços inovadores em parceria com empresas de ao menos um dos demais países participantes. Foram reservados **R\$ 50 milhões** para a financiamento das empresas brasileiras. As propostas deverão ser encaminhadas até 16 de maio de 2024.
- **Anatel aprova prorrogação de consulta pública sobre guilhotina regulatória 2023-2024.** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou, por meio do [Acórdão nº 101/2024](#), a **prorrogação**, para até 25 de maio, o prazo para apresentação de comentários e sugestões à Consulta Pública ANATEL nº 15/2024 (*guilhotina regulatória 2023-2024*).

Nomeações

- **Designados membros ao CNCP.** Foi divulgada, nesta semana, a [relação nominal](#) dos membros designados para compor o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP) da Secretaria Nacional do Consumidor, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senacon/MJSP).
- **Nomeado secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.** Nesta semana, foi [nomeado](#) **Regis Anderson Dudena** para o cargo de secretário de Prêmios e Apostas, no âmbito do Ministério da Fazenda (MF).
- **Designado coordenador de Temas Tarifários da SE-CAMEX.** No âmbito da Subsecretaria de Articulação em Temas Comerciais da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-CAMEX), vinculada ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), **Maurício Genta Maragni** foi [designado](#) para exercer o cargo de coordenador de Temas Tarifários da Coordenação-Geral de Temas Tarifários.
- **Designados membros do Conselho Consultivo da Anatel com mandatos até 2027.** Nesta semana, a Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel) [designou](#) para compor seu Conselho Consultivo, com mandatos até 16 de fevereiro de 2027: **Paloma Rocillo Rolim do Carmo**; **Fabício da Mota Alves**; **Natália Morato Camargos**; e **Gil Pinto Loja Neto**.
- **Anatel designa representantes para compor lista de substituição do Conselho Diretor.** Ademais, a Anatel [designou](#) também os seguintes representantes para compor a lista de substituição de seu Conselho Diretor: **Cristiana Camarate Silveira Martins Leão Quinalia** (1ª substituta); **Daniel Martins d'Albuquerque** (2º substituto); e **Vinicius Oliveira Caram Guimarães** (3º substituto).
- **MEC nomeia nova diretora de Política Regulatória.** No âmbito da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (SERES/MEC), fica [nomeada](#) **Caroline Dantas da Gama** para exercer o cargo de diretora de Política Regulatória.